

ÍNDICE

PARTE I: INTRODUÇÃO	11
A) A CONFORMAÇÃO DE RELAÇÕES JURÍDICAS ENTRE PARTICULARES POR ACTOS ADMINISTRATIVOS – PRIMEIRA APROXIMAÇÃO	11
1. O problema do efeito conformador das relações jurídicas entre particulares pelo acto administrativo	11
2. A Administração Pública infra-estrutural e a sociedade de risco	15
3. A Administração Pública infra-estrutural e a multilateralização da actividade administrativa.	17
4. A sociedade de risco e a protecção do ambiente: dinamismo social e protecção da confiança	21
B) OBJECTO DA TESE E PROBLEMAS CONEXOS	27
1. Os três grupos de problemas em redor da protecção conferida pela autorização; terminologia adoptada	27
2. Objecto da investigação: o efeito conformador pelo acto administrativo das relações jurídicas entre particulares	31
2.1. Entre o direito público e direito privado	31
2.2. O efeito conformador de relações jurídicas entre particulares pelo acto administrativo: origens e actualidade	37
2.3. Os diferentes tipos de actuação administrativa; em especial, o acto administrativo autorizativo	43
2.4. Relações de vizinhança: “publicização do direito privado” e “efeito conformador do acto administrativo autorizativo”	53
2.5. Delimitação e concretização do objecto da investigação – principais questões suscitadas	57
3. Problemas conexos: i) o efeito legalizador dos actos administrativos	63
3.1. A origem do efeito legalizador na jurisprudência do BVerwG	63
3.2. Efeito legalizador e responsabilidade no direito de polícia	68
3.3. Relação com o problema do efeito conformador de relações jurídicas entre privados	86

4. Problemas conexos: ii) a acessoriedade administrativa do direito penal	88
4.1. Autorização administrativa e aplicação de sanções penais	88
4.2. Questões derivadas da relação entre direito administrativo e direito penal: o relevo da autorização para os tipos penais e o problema das autorizações inválidas	92
4.3. Relação com o problema do efeito conformador de relações jurídicas entre privados	107

PARTE II: A CONFORMAÇÃO DE RELAÇÕES JURÍDICAS ENTRE PARTICULARES PELO ACTO ADMINISTRATIVO – PROBLEMAS E SOLUÇÕES 109

A) O PROBLEMA DO EFEITO CONFORMADOR DE RELAÇÕES JURÍDICAS ENTRE PARTICULARES PELO ACTO ADMINISTRATIVO NO DIREITO PORTUGUÊS E NOUTROS DIREITOS ESTRANGEIROS, EM ESPECIAL NO DIREITO ALEMÃO	109
1. Considerações introdutórias – aspectos comuns do problema do efeito conformador de relações jurídicas entre particulares pelo acto administrativo	109
2. Notas de direito comparado	112
2.1. Direito alemão	112
2.2. Direito austríaco	131
2.3. Direito italiano	137
2.4. Outros direitos	142
3. Direito português	143
B) REFLEXÃO GERAL E SÍNTESE ARGUMENTATIVA	147
1. Reflexão geral sobre as várias soluções	147
2. Síntese argumentativa e sequência da investigação	150

PARTE III: O EFEITO CONFORMADOR DO ACTO AUTORIZATIVO NAS RELAÇÕES DE VIZINHANÇA 153

A) ENQUADRAMENTO JURÍDICO-CONSTITUCIONAL	153
1. Unidade da ordem jurídica	153
1.1. O princípio da unidade da ordem jurídica e sua relevância para o problema do efeito conformador de relações jurídicas entre particulares	153
1.2. Valia do princípio da unidade da ordem jurídica	161
1.2.1. Unidade e sistema	161
1.2.2. Fundamento constitucional	166

1.2.3. Insuficiência do princípio da unidade do ordenamento jurídico para resolver o problema do efeito conformador de relações jurídicas entre privados	176
2. Direitos fundamentais, direitos subjectivos públicos e direitos subjectivos privados	183
2.1. O reconhecimento de direitos subjectivos públicos como origem do problema do efeito conformador de relações jurídicas entre privados	183
2.2. O direito subjectivo público na construção germânica – lei ou Constituição	186
2.3. A vinculação das entidades privadas aos direitos fundamentais	190
2.3.1. A teoria germânica: sentido, limitações e consequências	190
2.3.2. O sistema português de direitos fundamentais	199
3. Ilegalidade, ilicitude e responsabilidade civil dos indivíduos e da Administração Pública	217
3.1. Princípios de responsabilidade dos indivíduos e da Administração Pública	217
3.2. Alguns problemas em torno do conceito de ilicitude	225
3.3. Para uma visão constitucional do conceito de ilicitude	237
3.4. Ilicitude e ilegalidade do acto administrativo	249
4. Acto administrativo e princípio da separação dos poderes na Administração de infra-estruturas	252
4.1. O acto administrativo na administração de infra-estruturas – problemas	252
4.2. Conteúdo e efeitos do acto administrativo	253
4.2.1. A teorização actual do acto administrativo e dos seus efeitos	253
4.2.2. Em busca dos “dogmas históricos”	265
4.3. Acto administrativo, lei e sentença	270
4.3.1. A “dupla natureza” do acto administrativo	270
4.3.2. Acto administrativo e princípio da legalidade	272
4.3.3. Acto administrativo e função jurisdicional	277
4.4. A técnica da “relação jurídica”	288
B) DA CONSTITUIÇÃO AO DIREITO ORDINÁRIO	297
1. Actos administrativos com e sem efeitos para terceiros e actos administrativos conformadores de relações jurídicas entre particulares	297
1.1. Paridade do direito administrativo e do direito privado na regulação de relações entre privados e efeito conformador dos actos administrativos	297

O ACTO ADMINISTRATIVO CONFORMADOR DE RELAÇÕES DE VIZINHANÇA

1.2. Conteúdo, validade e eficácia do acto administrativo e efeitos para terceiros	301
1.3. Irrelevância, invalidade e ineficácia para terceiros do acto administrativo	313
2. As acções negatórias do Código Civil	316
2.1. A origem da regulação civil das acções negatórias	316
2.2. Pressupostos das acções negatórias	319
2.3. Autorizações e acções negatórias	328
2.3.1. Acção negatória e autorização irrelevante para terceiros	328
2.3.2. Acção negatória e autorização relevante para terceiros	334
3. Responsabilidade civil	355
3.1. Responsabilidade do sujeito autorizado...	355
3.2. ... ou responsabilidade da Administração?	368
4. Tribunais competentes	376
CONCLUSÕES	393
BIBLIOGRAFIA	399